



Nesta primeira edição do estado da nação sobre a interoperabilidade em saúde, a Associação HL7 Portugal (HL7PT) edificou no passado dia 9 de dezembro 2021 uma sessão que permitiu aferir a realidade das práticas de interoperabilidade, em concreto, ao nível dos prestadores de cuidados, de norte a sul do país, incluindo as regiões autónomas.

Recorremos à opinião de 6 gestores de tecnologia, enquanto dirigentes e líderes no terreno, com experiência no dia-a-dia dos desafios de implementação de projetos de interoperabilidade, no seio da sua organização, bem como na ligação com outras entidades da região, a nível nacional e internacional.

Desafios

Reconheceu-se a elevada panóplia de aplicações, suportando diferentes processos organizacionais ou de suporte à prática clínica, em cada ecossistema de informação. Paralelamente os mecanismos de integração são diversos e muito diferenciados em cada entidade aplicacional. Desde ligações *legacy* ponto-a-ponto através de *dblink*, até ligações recorrendo a *standards* técnicos como o HL7 nas suas diversas versões. Foi legitimada a necessidade de migrar todos as integrações de dados ponto-a-ponto existentes num dado ecossistema, para comunicar através de uma plataforma de interoperabilidade centralizada semelhante a um *enterprise service bus* (ESB).

Ao nível do SNS, uma vez admitida a enorme dependência da tutela, materializada na obsolescência tecnológica e a alguns níveis também funcionais, dos principais sistemas de informação locais. Destacou-se o impacto da inexistência de um *roadmap* conhecido por parte destas instituições e por outro lado, a falta de qualificações e meios humanos nas organizações. Esta falta de qualificações, adicionada a alguma imaturidade do nosso mercado, acabam por criar uma segunda dependência, desta vez do lado da indústria.

Foi sublinhado o facto de os prazos de execução de projetos de interoperabilidade serem tremendos, impactando as instituições quer ao nível de gestão, quer ao nível dos custos. Seja pela complexidade na interação entre diferentes atores, seja no desenho dos casos de uso a interoperar ao nível técnico e semântico, ou pela parca competência dos recursos

técnicos nesta área. Esta carência de qualificações, do lado das organizações de saúde, assim como do lado dos fabricantes, fornecedores e da indústria em geral é notória e aplica-se quer ao nível dos sistemas de informação, dispositivos médicos e modalidades de electromedicina. Foi também na abordagem deste ponto que foi ventilado o desconforto por parte de alguns fabricantes, no abandono de mecanismos proprietários, em favor dos *standards* técnicos abertos. Verifica-se uma indústria que nem sempre propõe a utilização das melhores práticas de interoperabilidade, no âmbito dos projetos que são adjudicados através de concurso público, criando um déficit técnico crescente.

O potencial de escalabilidade é ainda um grande desafio, dado não existir a necessária reutilização dos desenvolvimentos, funcionalidades e canais num ecossistema e informação de uma instituição. Os projetos de implementação de sistemas de informação, incluem uma componente de interoperabilidade estanque, sem alinhamento estratégico interno ou externo. Esta clara falta de alinhamento estratégico aos vários níveis, pode ser ainda evidenciada pela inexistência de uniformização dos desenvolvimentos, dificultando o trabalho dos implementadores e das instituições, reduzindo obviamente o retorno do valor destas capacidades, dado ignorar as necessidades de maior amplitude, não só ao nível da própria instituição, mas ao nível nacional e internacional.

Por tudo isto, o custo com a adaptação de aplicações e a tarefa de integração de novas soluções é muito elevado para as organizações (considerando o seu orçamento anual), cujos recursos financeiros são limitadíssimos, em face também de alguma falta de sensibilidade das administrações e tutela para a importância destes mecanismos para o futuro da saúde.

Mais valias

No outro lado da dependência da tutela, as organizações de saúde reconhecem que a LIGHT aportou um reconhecido valor e se constituiu como uma grande esperança de futuro, para uma evolução e verdadeira adoção de múltiplos mecanismos de interoperabilidade entre as aplicações internas e externas das organizações. Incluindo a maior preparação da indústria para granjear o alinhamento com esta evolução para *standards* técnicos como o HL7 FHIR.

Estas novas capacidades e opções para os hospitais portugueses lidarem com a interoperabilidade permitiram já reduzir custos de investimento e manutenção, melhorar o nível de monitorização destas funcionalidades, em termos de capacidade e disponibilidade, promovendo a aptidão para prevenir algumas situações de falha e reduzir o impacto que essas falhas poderiam ter na prática clínica.

Adicionalmente, permite apoiar e responder a alguns requisitos de conformidade RGPD, bem como alimentar, enquanto fonte de dados, uma plataforma de *business intelligence* (BI) institucional.

Fatores críticos de sucesso

A sensibilização dos respetivos conselhos de administração e tutela ou a sua visão relativamente à criticidade da interoperabilidade como fator de sucesso para entrega do valor esperado, enquanto investimento crucial para o futuro da saúde no digital.

Exterminar as ilhas de informação, integrando-as de acordo com as melhores práticas e pelo recurso aos *standards* técnicos e semânticos. Para o efeito, o recurso a um ESB centralizado para todas as integrações entre entidades aplicacionais, escalável e de alta-disponibilidade. Paralelamente, a adoção de perfis Integrating the Healthcare Enterprise (IHE) ajudará a normalizar e elevar a qualidade destas integrações, rentabilizando os custos de desenvolvimento e manutenção, através da reutilização e escalabilidade desses serviços, no seio do ecossistema de informação.

Promover ou melhorar a integração com toda a electromedicina (equipamentos médicos), implicando um maior alinhamento com os atores da indústria no setor da saúde, incluindo a tutela, dado o seu duplo papel (cliente-fornecedor).

Aproveitar ao máximo os programas de financiamento europeus (em concreto o PRR), para potenciar as iniciativas de interoperabilidade das organizações.

Edificar um processo de certificação de maturidade digital para as aplicações em saúde, que leve em consideração os mecanismos e *standards* de interoperabilidade técnica e semântica adotados nos produtos ao dispor no mercado.

Usar esta nova arquitetura, baseada numa plataforma de interoperabilidade (*enterprise service bus*), para gerir e monitorizar centralmente os fluxos de troca de dados entre os sistemas de informação em produção. Promovendo a deteção precoce de ocorrências ao nível dos fluxos de informação entre sistemas, aumenta-se o nível de segurança e rastreabilidade nas ligações de dados entre sistemas. Ainda, oferece-se a possibilidade de construir de forma cabal *dashboards* com métricas de serviço (para apoio às melhores práticas de *service management – ITSM*).

Aprovar planos de formação e certificação, para elevar as competências e o número de profissionais qualificados, para a liderança e dinamização de projetos de interoperabilidade, do lado das organizações de prestação de cuidados e do lado da indústria.

Pelejar os custos destes projetos, pela redução dos cronogramas de implementação, através da partilha de casos de uso e documentação entre instituições. Por exemplo, alimentando um repositório público, onde cada instituição identifica as integrações implementadas, promovendo sinergias, de forma a evitar que várias instituições estejam a investir para o mesmo esforço de desenvolvimento, ou a forjar uma nova implementação.

Em conclusão, edificar uma visão estratégica aos vários níveis, que garanta uma arquitetura que centralize os mecanismos de interoperabilidade, que opte pela adoção de *standards* técnicos e semânticos reconhecidos, dominado por recursos humanos qualificados e apoiados por fornecedores competentes, que dinamizam mais a partilha de experiências entre todos os atores deste setor, será porventura a pedra de toque desta conferência.

Carlos Sousa
Membro da Direção
Associação HL7 Portugal

Sobre a Associação HL7 Portuguese Affiliate Chapter

Estabelecida em 2016 e afiliada do HL7 International, é uma associação sem fins lucrativos, financiada pelas anuidades dos seus membros e cuja participação é "aberta" a todos, membros individuais, empresariais e institucionais. Visa fornecer normas que possibilitem globalmente a interoperabilidade dos dados de saúde.

Torne-se membro e...

- ajude na promoção da interoperabilidade em saúde;
- participe ativamente na comunidade (hl7.slack.com), eventos e cursos;
- integre um dos workgroups nacionais e colabore na elaboração de recomendações portuguesas, guidelines, connectathons;
- represente Portugal nos Workgroups Internacionais e na votação de normas, em defesa da visão portuguesa na interoperabilidade



Informações da Associação
Associação HL7 Portuguese Affiliate Chapter
Estrada de Alfragide, Lt 107 Ed. A2
2610-008 Alfragide

